

PARA LER A TEORIA: O EFEITO DE DESCONSTRUÇÃO E O FUTURO DA CRÍTICA

READING THEORY: THE EFFECT OF DECONSTRUCTION AND THE FUTURE OF CRITICISM

Nabil Araújo

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: Este texto enfoca a abordagem da “Teoria” como “gênero heterogêneo” na obra de Jonathan Culler, a fim de contrapor ao gesto estabilizador aí em jogo o “efeito de desconstrução” (Derrida) inerente a uma historiografia que, revertendo o discurso normalizado das teorias e metodologias do estudo literário, identifica-se com a reconstrução não do passado da crítica, mas de sua possibilidade de futuro.

Palavras-chave: “Teoria”; crítica literária; efeito de desconstrução; monstrosidade; historiografia da crítica.

Abstract: This text focuses on Jonathan Culler’s approach to “Theory” as “heterogeneous genre”, in order to contrast the stabilizing gesture at stake therein with the “effect of deconstruction” (Derrida) inherent to a historiography that, reversing the normalized discourse of the theories and methodologies of literary study, identifies itself with the reconstitution not of the past of criticism, but of its future possibility.

Keywords: “Theory”; literary criticism; effect of deconstruction; monstrosity; historiography of criticism.

A novidade americana: “theory” como “gênero heterogêneo”

Cerca de uma década atrás, Fabio Akcelrud Durão iniciava suas “Breves observações sobre a Teoria, suas contradições e o Brasil” com uma constatação taxativa:

É apenas devido à nossa profunda ignorância em relação aos Estados Unidos que um fenômeno dos mais instigantes nas ciências humanas nos últimos quarenta anos pôde nos passar despercebido: o surgimento e consolidação daquilo que hoje já se convencionou chamar simplesmente de Teoria (DURÃO, 2004, p. 81).

Sete anos (e diversos artigos sobre o assunto) depois, a já longa e prolífica cruzada do autor para dirimir o referido lapso ganharia sua síntese definitiva – **Teoria (literária) americana: uma introdução crítica** (2011) –, livro então destinado a preencher a lacuna editorial em torno da “Teoria” entre nós.

De volta, contudo, ao pioneiro artigo de 2004, salta aos olhos que, nele, a obra em que mais ostensivamente se apoia Durão no sentido de caracterizar o dito “fenômeno” ignorado pelos brasileiros – **Literary theory: a very short introduction** (1997), de Jonathan Culler – é citada justamente a partir de sua edição brasileira – **Teoria literária: uma introdução** (1999) –, surgida dois anos depois da publicação original, e, desde então, um dos títulos a que mais frequentemente se referem neófitos e especialistas, no país, quando se trata de discutir a dimensão e o papel da teoria nos estudos literários e culturais. Acrescente-se a isso o fato de já contarmos, àquela altura, com uma edição corrente de **On deconstruction** (1982) – **Sobre a desconstrução** (1997) –, outro importante e influente livro de Culler acerca do mesmo “fenômeno” abordado por Durão, como fica claro por seu subtítulo – “Theory and criticism after Structuralism” [Teoria e crítica depois do estruturalismo] –, e se faz preciso admitir que a “ignorância” de que fala então o autor não era assim tão “profunda”, nem tão grande e vergonhoso o desconhecimento, por parte do público acadêmico brasileiro, em torno “daquilo que hoje já se convencionou chamar simplesmente de Teoria”.

Parece-me, pois, que nosso problema maior a esse respeito é menos o do acesso à informação do que o do modo privilegiado pelo qual esse acesso se dá entre nós: e aqui seria preciso, antes mais nada, evidenciar o deletério efeito acadêmico-pedagógico da abordagem do “fenômeno” da “Teoria” compreendida nos célebres manuais de Culler – até para que se possa aquilatar o quanto dessa abordagem (e de suas consequências) permanece onde quer que, em inglês ou em português, nos EUA ou no Brasil, se insista em caracterizar e apresentar a “Teoria” como “fenômeno”.

O parágrafo de abertura do hoje clássico **On deconstruction** descreve a cena crítica daquele momento, primórdios dos anos 1980, nos seguintes termos:

Se os observadores e beligerantes dos recentes debates críticos pudessem concordar em alguma coisa, seria em que a teoria crítica contemporânea é confundidora e confusa [*confusing and confused*]. Houve um tempo em que poderia ter sido possível pensar a crítica como uma atividade única

praticada com diferentes ênfases. A acrimônia do debate recente sugere o contrário: o campo da crítica é contenciosamente constituído por atividades aparentemente incompatíveis. Até mesmo tentar uma lista – estruturalismo, “reader-response criticism”, desconstrução, crítica marxista, pluralismo, crítica feminista, semiótica, crítica psicanalítica, hermenêutica, crítica antitética, *Rezeptionsästhetik...* – é flertar com um vislumbre transtornador do infinito que Kant chama o “sublime matemático” (CULLER, 1982, p. 17)¹.

Há aí um advérbio para o qual é preciso chamar a atenção: as atividades que constituem o campo da crítica são, segundo Culler, “*apparently*”, aparentemente incompatíveis. Ainda no mesmo parágrafo, Culler afirma: “A contemplação de um caos que ameaça derrotar a capacidade de sensatez pode produzir, como Kant sugere, uma certa exultação, mas a maioria dos leitores fica apenas perplexa ou frustrada, e não tomada de admiração” (CULLER, 1982, p. 17). E então: “Ainda que não prometa [causar] admiração, este livro procura enfrentar a perplexidade”; “tentar uma explicação, especialmente se ela pode também beneficiar os muitos estudantes e professores de literatura que não têm nem o tempo nem a inclinação para acompanhar o debate teórico e que, sem guias confiáveis, encontram-se numa moderna feira de são Bartolomeu” (CULLER, 1982, p. 17). Mais à frente: “Este livro tenta dissipar a confusão, fornecer sentido e fins, discutindo o que está em jogo nos debates críticos de hoje e analisando os projetos mais interessantes e valiosos da teoria recente” (CULLER, 1982, p. 18).

Culler parte, portanto, da *percepção* de uma confusão no campo da crítica contemporânea que deixa as pessoas perplexas. Ele pretende eliminar a confusão e a perplexidade, fornecendo “sentido e fins” para o leitor; e ele o fará, basicamente, tentando mostrar que aquilo que gera a confusão e a perplexidade – a incompatibilidade das atividades reunidas no campo da crítica – não passa, na verdade, de um fenômeno aparente: tais atividades são apenas “aparentemente” e não “realmente” incompatíveis.

No prefácio ao livro, Culler (1982, p. 8) explica, com efeito, que, de acordo com uma nova compreensão do assunto, “os trabalhos de teoria literária estão estreita e vitalmente relacionados a outros escritos dentro de um domínio até agora não nomeado, mas frequentemente chamado de ‘theory’ para abreviar”. Mais do que um domínio disciplinar, o termo “theory” denominaria, na verdade, segundo Culler (1982, p. 8), “um novo gênero” de escrita. “Esse novo gênero é, com certeza, heterogêneo”, acrescenta Culler (1982, p. 8), e explica:

¹ Esta e as demais traduções de trechos em língua estrangeira citados neste artigo são de minha responsabilidade.

“Theory” é um gênero por causa do modo como seus trabalhos funcionam. [...] esses trabalhos extrapolam o quadro disciplinar dentro do qual eles normalmente seriam avaliados e que ajudaria a identificar suas sólidas contribuições ao conhecimento. [...] o que distingue os membros desse gênero é sua habilidade para funcionar não como demonstrações dentro dos parâmetros de uma disciplina, mas como redefinições que desafiam as fronteiras disciplinares (CULLER, 1982, p. 9, destaques do autor).

Se a heterogeneidade radical da crítica contemporânea se afigura como uma característica intrínseca e definidora de um novo gênero discursivo, o qual, apesar, ou justamente por causa dessa característica, se vê imbuído de uma coesão interna capaz de distingui-lo de outros gêneros, deveria ser possível um panorama do desenvolvimento e da consolidação da “theory” no campo dos estudos literários, algo que o próprio Culler, aliás, não tarda a oferecer. Em “Criticism and institutions: the American university” [Crítica e instituições: a universidade americana] (1987), Culler volta à questão da “aparente” incongruência no coração da crítica contemporânea. “A teoria crítica”, ele então pondera, “encoraja-nos a pensar na crítica como escolas beligerantes, ou, no vocabulário mais recente, comunidades interpretativas, cada uma com seus próprios axiomas de crítica” (CULLER, 1987, p. 85). Contra a ideia de uma “crítica normal” monoparadigmática, isto é, regida por este ou aquele paradigma crítico em detrimento dos demais, Culler sustenta, por sua vez, que as “práticas institucionais de ensino e escrita sobre literatura criam uma ‘crítica normal’ mutável, eclética, que ao mesmo tempo fomenta a inovação e a recuperação” (CULLER, 1987, p. 86). Um tal estado de coisas se deveria mesmo às especificidades institucionais dos estudos literários nos Estados Unidos, em comparação, por exemplo, com a Grã-Bretanha; tendo esboçado as diferenças básicas entre esses dois contextos acadêmicos, Culler oferece a seguinte síntese a respeito da situação americana:

O principal desenvolvimento crítico dos últimos 20 anos na América foi o impacto de várias perspectivas e discursos teóricos: linguística, psicanálise, feminismo, estruturalismo, desconstrução. Um corolário disso foi a expansão do domínio dos estudos literários para incluir muitos interesses previamente afastados de tais estudos. Na maioria das universidades americanas de hoje, um curso sobre Freud é mais provável de ser oferecido no departamento de Inglês ou de Francês do que no de Psicologia; Nietzsche, Sartre, Gadamer, Heidegger e Derrida são mais frequentemente discutidos por professores de literatura do que por professores de filosofia; Saussure é negligenciado por linguistas e apreciado por estudantes e professores de literatura. Os escritos de autores como esses recaem num gênero miscelânico [*miscellaneous genre*], cuja designação mais conveniente é simplesmente “theory”, a qual, hoje, tem vindo referir-se a trabalhos que logram desafiar e reorientar o pensamento em

campos fora daqueles aos quais eles ostensivamente pertencem, porque suas análises da linguagem, ou da mente, ou da história, ou da cultura oferecem originais e persuasivas abordagens do significado (CULLER, 1987, p. 87).

Uma década mais tarde, o ímpeto sintetizador e didático de Culler atingirá o ápice com seu pequeno (e até hoje muito influente) manual **Literary theory: a very short introduction** [Teoria literária: uma introdução muito breve]. “Muitas introduções à teoria literária descrevem uma série de ‘escolas’ de crítica. A teoria é tratada como uma série de ‘abordagens’ em competição, cada uma com suas posições e compromissos teóricos”, explica Culler (1997, p. vii) nas primeiras linhas do prefácio ao manual, afirmando, na sequência, que esses “movimentos teóricos” identificados em tais introduções têm, na verdade, “muito em comum”, e que é isso que se tem em vista quando se fala em “theory” (CULLER, 1997, p. vii). Culler justifica, dessa forma, sua opção por “discutir questões e asserções compartilhadas” ao invés de “fazer o levantamento de escolas teóricas”, ainda que venha a oferecer, no Apêndice ao livro, “que pode ser lido no começo ou no fim ou consultado constantemente”, o que chama de “breves esboços de importantes escolas ou movimentos críticos” (CULLER, 1997, p. vii). Eis a lista: formalismo russo, New Criticism, fenomenologia, estruturalismo, pós-estruturalismo, desconstrução, teoria feminista, psicanálise, marxismo, novo historicismo/materialismo cultural, teoria pós-colonial, discurso das minorias, “queer theory”.

Não parece razoável, contudo, projetar toda essa heterogeneidade de perspectivas num único e mesmo “gênero” discursivo chamado “theory”, sob a alegação de que tais “movimentos” ou “escolas” compartilhariam entre si um “desafio amplo ao senso comum” e “investigações sobre como o sentido é criado e como identidades humanas ganham forma” (CULLER, 1997, p. vii).

Ninguém melhor do que Jacques Derrida, o grande mestre para Jonathan Culler, evidenciou o que está em jogo numa tal homogeneização, justamente ao se pronunciar sobre as formas de manifestação da desconstrução no contexto da ascensão da “theory” nos Estados Unidos. Isso ele o fez de modo lapidar e definitivo numa conferência de 1987, curiosamente intitulada “Some statements and truisms about neo-logisms, newisms, postisms, parasitisms, and other small seismisms” [Algumas declarações e truísmos sobre neo-logismos, novismos, pós-ismos, parasitismos e outros pequenos cismismos], proferida, ironicamente, no colóquio que marcou a fundação do Critical Theory Institute em Irvine (Califórnia), colóquio que se chamou “The states of ‘theory’” [Os estados da “theory”].

O “efeito de desconstrução” e o “campo de forças” da crítica

Comentando o já referido texto de Culler (1987) publicado naquele mesmo ano, Derrida observa que, nele, o autor corretamente sugere que a palavra “theory” é a mais conveniente designação para o que acontece em alguns departamentos de literatura nos Estados Unidos no que se refere ao estudo de certos *corpora*, campos e autores, acrescentando, então, por sua vez, “que isso, na verdade, não acontece nem em outros departamentos desse país nem nos departamentos de literatura de outros países de algum modo estatisticamente notável”, o que o leva a considerar a palavra e o conceito de “theory” como “um *artefato* puramente norte-americano” (DERRIDA, 1994, p. 71). Mais à frente, jogando com o título do colóquio de que então participava, Derrida afirma pensar que o conceito de “theory” em jogo na expressão “states of ‘theory’” é “um conceito que poderia ganhar forma apenas ‘in the States’ [nos EUA], que apenas tem um valor, um sentido e uma especificidade ‘in the States’ e num momento específico” (DERRIDA, 1994, p. 81). A partir de então, àquilo que Culler chama simplesmente “theory”, Derrida se referirá, com frequência, como “the States’ theory” [a teoria dos Estados Unidos/a teoria americana], numa brilhante corruptela do título do colóquio.

Derrida (1994) considera positiva a “emergência” da “States’ theory” em sua irredutibilidade mesma de emergência, isto é, naquilo mesmo que “não pode, não vai e não deve querer reivindicar o título de uma ciência ou uma filosofia”, justamente por implicar “uma forma de questionamento e de escrita [...] que desestabiliza a axiomática, a fundação e os esquemas organizadores da ciência e da filosofia elas próprias” (DERRIDA, 1994, p. 83). À “desestabilização” aí em foco Derrida julga por bem chamar “um efeito de desconstrução” [*an effect of deconstruction*]; com essa expressão, ele não se refere “nem a textos específicos nem a autores específicos, e, sobretudo, não a essa formação que disciplina o processo e o efeito de desconstrução em “uma” teoria ou “um” método crítico chamado desconstrucionismo ou desconstrucionismos” (DERRIDA, 1994, p. 83).

Com esse efeito de desconstrução, explica Derrida, ver-se-ia desorganizado “não apenas a axiomática dos discursos filosóficos e científicos como tais, do discurso epistemológico, das várias metodologias da crítica literária (New Criticism, formalismo, tematismo, historicismo clássico ou marxista), mas até a axiomática de conhecimento simultaneamente em ação na ‘States’ theory” – e aí Derrida cita a listagem de Culler das “perspectivas e discursos teóricos” que teriam impactado o desenvolvimento da crítica

contemporânea: “linguística, psicanálise, feminismo, estruturalismo”, explicando que o último elemento da série culleriana, “desconstrução”, introduz na mesma “um elemento de perturbação, desordem ou irreduzível caos” (DERRIDA, 1994, p. 84). Mas, se o efeito de desconstrução de que fala Derrida não se deixa reduzir nem a uma teoria ou método crítico nem à “States’ theory” na forma em que a descreve Culler, ele não consistiria, por outro lado, “em opor-se reativamente à teorização, mas, ao contrário, em regularmente desconstruir os pressupostos filosóficos de teorias existentes ou das teorias implícitas nos discursos que denigrem a filosofia ou a teoria”, tratando-se de “exceder o teórico ao invés de impedi-lo e de tomar posições ‘contra a teoria’ [*against theory*]”² (DERRIDA, 1994, p. 87).

Daí adviria um resultado tão paradoxal quanto previsível, observa Derrida: “a própria coisa que excede ao mesmo tempo o teórico, o temático, o tético, o filosófico e o científico provoca, como gestos de reapropriação e sutura, movimentos teóricos, produções de teoremas” (DERRIDA, 1994, p. 87). Gestos e movimentos, bem entendido, eminentemente “instauradores” ou “instituidores”, algo que “constrói e fortifica teorias, oferece temáticas e teses, organiza métodos, disciplinas, até escolas” (DERRIDA, 1994, p. 88).

Derrida destaca, nesse sentido, o chamado “pós-estruturalismo, vulgo desconstrucionismo” [*poststructuralism, alias deconstructionism*], que consiste na formalização de certas “necessidades estratégicas” do impulso desconstrutivo, propondo “um sistema de regras técnicas, procedimentos metodológicos ensináveis, uma disciplina, fenômenos escolares, um tipo de conhecimento, princípios, teoremas, que são, em sua maioria, princípios de interpretação e leitura (ao invés de escrita)” (DERRIDA, 1994, p. 88). Derrida reconhece que o chamado desconstrucionismo “não é monolítico”, havendo diferenças entre os desconstrucionismos e os entre os desconstrucionistas, mas considera ser possível afirmar “que há *desconstrucionismo* em geral cada vez que o impulso [*jetty*] desestabilizador fecha-se e estabiliza-se num conjunto ensinável de teoremas, cada vez que há auto-apresentação de *uma*,

² Aí Derrida reage a um debate então em curso na universidade americana desencadeado pelo célebre manifesto de Steven Knapp e Walter Benn Michaels “Against Theory” (1982). “Enquanto o advento da teoria estruturalista e pós-estruturalista no final dos anos 1960 foi atacada por tradicionalistas que reclamavam a perda de um foco próprio na literatura, nos anos 1980 a ‘theory’ tornou-se um modo dominante nos estudos literários, estimulando um renascimento da produção crítica. ‘Against Theory’ introduziu dúvidas junto às tropas de uma geração de jovens críticos acerca do iminente estabelecimento da ‘theory’, afirmando uma atitude revisionista que veio a ser chamada ‘neopragmatismo’. [...] Apesar de não ter colocado um freio no trabalho em ‘theory’, ‘Against theory’ desencadeou um dos mais vibrantes debates dos anos 1980 e pressagiou a mudança para métodos críticos com um foco mais prático – notavelmente, o New Historicism [novo historicismo] e os estudos culturais – que se tornaram proeminentes do final dos anos 1980 em diante” (LEITCH, 2001, p. 2458).

ou, mais problematicamente, *da* teoria” (DERRIDA, 1994, p. 88).

Isso posto, e seria preciso reconhecer a “States’ theory” nos termos em que Culler a define e a apresenta – como um gênero discursivo, heterogêneo, é verdade, mas ainda assim, ou justamente por isso, *um gênero*, com todas as características estáveis que permitem identificá-lo como tal e diferenciá-lo de outros gêneros discursivos –, e, sobretudo, “na forma” em que ele o faz – por meio de sínteses didáticas que assumem o formato de livros de referência ou manuais, “guias confiáveis” a serem utilizados na divulgação e no ensino da “theory”, nos EUA ou em outros países (como já se disse, ambos foram traduzidos e editados no Brasil) –, que a “States’ theory”, em suma, nos termos e na forma em que Culler a define e apresenta, configura-se como uma espécie de “gesto estabilizador” do impulso desconstrutivo ou “efeito de desconstrução” de que fala Derrida, um gesto que, como todo movimento de estabilização, “procede por cláusulas predicativas, assegura com declarações assertóricas, com asserções, com declarações como ‘isso é aquilo’: por exemplo, desconstrução é isso ou aquilo” (DERRIDA, 1994, p. 84) – ou, poder-se-ia acrescentar: a “theory” é isso ou aquilo, é “um gênero heterogêneo”, por exemplo.

Derrida toma a estabilização teórica como uma consequência ou um “resultado”, a um só tempo “paradoxal e previsível”, do “efeito de desconstrução” no que ele tem de essencialmente desestabilizador; mas a ordem das coisas bem que poderia, aqui, ser alterada, uma vez que o “efeito de desconstrução” só se faz possível e necessário onde quer que “uma” teoria ou “a” teoria se imponha como um horizonte estável e institucionalmente hegemônico. Isso vem à tona na interpretação muito particular do título do colóquio que Derrida oferece logo no início de sua conferência. Por que o plural em “The *states* of ‘theory’”? Declarar um único possível estado de teoria, “a” teoria, pondera Derrida (1994), equivaleria a presumir:

[...] a possibilidade de totalizar todos os fenômenos teóricos, todas as produções teóricas, todos os teoremas numa tabela, numa tábua, logo numa superfície legível, que poderia, como qualquer tabela estável e estabilizada, permitir a leitura da tabularidade taxonômica, as entradas e os lugares, ou ainda a genealogia, finalmente fixada numa árvore de teoria, de identidades, entidades e nomes – sejam comuns ou próprios – de teoria. Uma tabela botânica (DERRIDA, 1994, p. 64).

O plural “states”, “estados”, por sua vez, “desestabiliza ou aponta para a instabilidade, na verdade para a essencial desestabilização de tal tabela”, colocando em questão “a própria possibilidade de um discurso

que pressuporia, hoje, apressadamente, tal objetivação taxonômica” (DERRIDA, 1994, p. 64); tal pressuposição, contudo, lembra Derrida, é “feita por tantas pessoas, dentro e fora da universidade, quando a *doxa* [...] joga com os títulos de teorias e teoremas como se com peças num tabuleiro de xadrez: New Criticism, estruturalismo, pós-estruturalismo, pós-modernismo, pós-marxismo, novo historicismo, etc.” (DERRIDA, 1994, p. 64-65). Esses “teoremas, teorizações, teorias”, prossegue Derrida, “compartilham ou postulam um campo que, certamente, não é comum e unificável, [nem] na verdade identificável” (DERRIDA, 1994, p. 65). Se há, de fato, algo como um “campo” [*field*] em que esses elementos se encontram em jogo, tratar-se-ia, antes, de um “campo de forças” [*field of forces*], um “campo de forças plurais” [*field of plural forces*]: “em seus fenômenos e títulos usuais, essas forças podem ser chamadas forças libidinais, forças político-institucionais ou histórico-sócio-econômicas, ou forças concorrentes de desejo e poder” (DERRIDA, 1994, p. 65). E ainda: “Forças nunca vão sem suas representações, suas imagens especulares, os fenômenos de refração e difração, o reflexo ou reapropriação de forças distintas ou opostas, a identificação com o outro ou o oponente, etc.” (DERRIDA, 1994, p. 65).

Bem entendido, Derrida refere-se aí a “forças” que seriam mesmo anteriores à própria constituição e institucionalização de uma teoria como teoria, de um método como método. “Nesse campo de forças plurais, onde mesmo contar não é mais possível, há apenas *jetties* teóricos”, afirma Derrida (1994, p. 65), explicando que com a palavra “jetty” [*jetée*] ele quer referir-se “à *força* daquele *movimento* que não é ainda *sujeito*, *projeto* ou *objeto*, nem mesmo rejeição, mas na qual ganha lugar qualquer produção e qualquer determinação, que encontram sua possibilidade no ‘jetty’” (DERRIDA, 1994, p. 65).

Poder-se-ia querer enxergar aí o trajeto que vai do “jetty” teórico indeterminado à teoria propriamente dita como um processo de crescente determinação do pré-teórico (pré-subjetivo, pré-objetivo) rumo ao propriamente teórico, descrevendo-se algo como um amadurecimento da teoria. Mas isso equivaleria a ignorar o caráter intrinsecamente conflitual, por assim dizer, do “campo de forças” de que fala Derrida. “Cada ‘jetty’ teórico – bem como sua reapropriação como um conjunto teórico, uma teoria com seus axiomas, seus procedimentos metódicos, suas estruturas institucionais – entra *a priori*, originalmente, em conflito e competição”, enfatiza, com efeito, Derrida (1994, p. 65). Se a constituição das teorias e dos métodos críticos tem, de fato, num “campo de forças plurais”, suas condições de possibilidade, essas condições, no entanto, são essencialmente tensas, conflituais, não podendo haver nada, em suma, como uma linha reta

de desenvolvimento ou de amadurecimento levando de uma prototeoria à teoria propriamente dita.

Mas como, então, as teorias, os métodos, as escolas críticas ganhariam forma a partir desse horizonte de indeterminação conflitual?

Hegemonização do campo de forças, reorientação para a monstruosidade

Derrida identifica certo procedimento retórico pelo qual o ímpeto de hegemonia das forças teóricas em conflito tem vazão por meio de uma declaração de *novidade*. “Cada ‘jetty’ teórico é a instituição de uma nova declaração sobre a totalidade do estado e de um novo *establishment* visando a uma hegemonia oficial” (DERRIDA, 1994, p. 68). Refletindo sobre a função do adjetivo *new* [novo] em títulos como “New Criticism” e “New Historicism”, Derrida chama a atenção para isso que “tende a tornar-se a técnica de autolegitimação, auto-instituição e autonominação”:

Houve um tempo em que títulos e cabeçalhos [*letterheads*] seguiam-se ao estabelecimento de uma instituição e ao trabalho de seus membros fundadores. Hoje, sabemos que, certas vezes, é melhor começar com cabeçalhos e auto-representação. Todos os fundadores de instituições sabem disso. Quanto a decidir se títulos em “new” [novo] são mais eficientes do que aqueles em “post” [pós], [...] se é mais apropriado periodizar violentamente e tornar em telos historicista o mensageiro que anuncia uma nova era ou o herói que supera ou abate um velho dragão, isso é uma questão de detalhe. Trata-se, basicamente, do mesmo gesto, o estratagema cultural como um inevitável resíduo do mais velho dos historicismos (DERRIDA, 1994, p. 68).

Em vista desses e de outros “newisms” [novismos], e de “post-isms” [pós-ismos] como *Post-structuralism*, *Postmodernism*, *Post-Marxism*, Derrida detecta, pois, a recorrência do estratagema que consiste em “responder ao que é novo dando, imediatamente, a isso, o título ‘novo’ [...], ou então anunciar como superado e fora de uso precisamente aquilo que é precedido de um ‘pós’ e que é visto a partir de agora como uma pobre palavra com um ‘pós’ afixado nela” (DERRIDA, 1994, p. 73). Esse estratagema, Derrida (1994) o julga consoante com o “mais velho dos historicismos”. Relembre-se, quanto a isso, a função da História da Crítica no âmbito do New Criticism, isto é, a de confirmar e legitimar historiograficamente, por meio de uma abordagem evolucionista e teleológica da história das ideias críticas, a pretensa revolução intelectual e epistemológica representada pela ascensão

e institucionalização do New Criticism nas universidades americanas, reafirmando, assim, seu caráter de marco definitivo da modernidade nos estudos literários. Tendo o New Criticism perdido seu espaço institucional para outras correntes teóricas, esse esquema historiográfico não deixou de ser atualizado, deslocando-se o telos da narrativa do marco formalista fixado nos anos 1940-50 para os pretensos marcos de outras pretensas revoluções nas décadas subsequentes. A propósito, não é difícil imaginar, com base no que afirma Culler acerca da suplantação da “teoria literária” pela “theory” como “gênero heterogêneo”, uma narrativa evolucionista da história da crítica que tomasse por telos o pretense marco instituído por essa nova pretensa revolução. Daí a importância da questão levantada por Derrida (1994) a esse respeito, quando diz:

Ao invés de continuar jogando o completamente tedioso jogo que consiste em aplicar os mais surrados esquemas da história das ideias à especificidade do que está acontecendo agora, especialmente neste país [EUA]; ao invés de ceder a normalizar e legitimar representações que identificam, reconhecem e reduzem tudo tão apressadamente, por que não estar interessado, antes, em monstros “teóricos”, nas monstruosidades que anunciam a si mesmas na teoria, nos monstros que, de antemão, superam e tornam cômicas todas as classificações ou ritmos como: depois do New Criticism vem um “ismo” e, então, um “pós-ismo”, e então, de novo, outro “ismo”, e, hoje, ainda outro “ismo”, etc. (DERRIDA, 1994, p. 79).

Mas uma monstruosidade “nunca apresenta a si mesma”, reconhece Derrida (1994, p. 79); “ou então, se vocês preferirem, ela apenas apresenta a si mesma, isto é, deixa-se ser reconhecida, permitindo-se ser reduzida àquilo que é reconhecível; isto é, a uma normalidade, uma legitimidade que não é ela”. Em suma: “Uma monstruosidade só pode ser ‘desconhecida’ (*méconnue*), isto é, não-reconhecida [*unrecognized*] e mal compreendida [*misunderstood*]. Ela só pode ser reconhecida depois, quando tornou-se normal ou a norma” (DERRIDA, 1994, p. 79). Derrida (1994) associa, então, na sequência, o monstruoso àquilo que acontece ou que irrompe sem que tenha sido previsto ou programado, numa palavra: ao “evento”; “se há eventos ‘teóricos’ que marcam uma instituição”, ele diz, “eles devem ter a forma sem forma de uma monstruosidade; isto é, eles não podem ser reconhecidos ou legitimados na hora e ainda menos programados, anunciados e antecipados de qualquer forma” (DERRIDA, 1994, p. 80).

Derrida (1994) toma então como exemplo o famoso colóquio “The Languages of Criticism and the Sciences of Man” [As linguagens da crítica e as ciências do homem], ocorrido em 1966 na Johns Hopkins University,

do qual ele próprio participou, e a respeito do qual se costuma dizer ter sido “um evento no qual muitas coisas mudaram [...] na cena americana” (DERRIDA, 1994, p. 80). Assim:

O que é agora chamado “theory” neste país pode mesmo ter uma ligação essencial com o que se diz ter acontecido lá em 1966. [...] O certo é que se algo aconteceu lá que poderia ter o valor de um evento teórico, ou de um evento dentro da teoria, ou, mais provavelmente, o valor do advento de um novo sentido teórico-institucional de “teoria” – daquilo que tem sido chamado “theory” neste país por cerca de vinte anos –, esse algo somente veio à luz posteriormente e ainda está tornando-se mais e mais claro hoje. Mas o que também é certo é que ninguém, ou entre os participantes ou próximo a eles, teve qualquer consciência temática do evento; ninguém poderia fazer ideia dele e, sobretudo, ninguém poderia ou teria ousado programá-lo, anunciá-lo ou apresentá-lo como um evento. Isso é certo; e é tão certo que se alguém reivindicasse hoje programar ou apresentar um evento similar, essa pessoa estaria equivocada – não há dúvida quanto a isso. Essa é mesmo a receita mais segura para se estar equivocado (DERRIDA, 1994, p. 80).

A imprevisibilidade de que fala Derrida (1994) pode ser aquilatada pelo fato de que o colóquio que se costuma tomar como o grande marco franco-americano da teoria “pós-estruturalista” ou, simplesmente, da *theory*, foi originalmente pensado, como se pode ler no prefácio à edição em livro dos anais do colóquio, como abertura para “um programa de dois anos de seminários e colóquios que procuravam explorar o impacto do pensamento ‘estruturalista’ contemporâneo sobre métodos críticos em estudos humanísticos e sociais”, e que o grande propósito desses encontros era o de colocar em contato “importantes proponentes europeus de estudos estruturais numa variedade de disciplinas com um amplo espectro de *scholars* americanos”, esperando-se, com isso, “estimular inovações tanto no conhecimento [*scholarship*] recebido quanto no treinamento dos estudiosos [*scholars*]” (MACKSEY; DONATO, 2007, p. xxi-xxii).

Ora, a simples menção de alguns nomes da “missão estruturalista” francesa então enviada aos EUA, nomes particularmente importantes para a teoria crítica do século XX como os de Georges Poulet, Lucien Goldmann, Tzvetan Todorov, Roland Barthes, Jacques Lacan e Jacques Derrida, dá uma ideia do nível de fragmentação e contradição internas do “pensamento” (dito “estruturalista”) que se gostaria, então, de apresentar e divulgar nos EUA. Como agrupar e conciliar, afinal, num mesmo espaço ou campo, a hermenêutica da “interioridade”, claramente “pré-estruturalista”, de um Poulet, o estruturalismo *sui generis*, dito “genético” (dada sua filiação

piagetiana), de um Goldmann, o projeto todoroviano de uma poética estruturalista que se desvençasse, enfim, da subjetividade inerente ao trabalho da interpretação, o cada vez maior distanciamento barthesiano em relação a esse mesmo projeto (que o próprio Barthes, não obstante, chegara a subscrever) rumo a uma teoria do “Texto” de coloração “pós-estruturalista”, mas num sentido dessa expressão que não se confundiria nem com a extrapolação de um estruturalismo mais ortodoxo no pensamento de Lacan, nem com a desconstrução do estruturalismo lévi-straussiano em Derrida? Um tal agrupamento, não seria ele, em vista de sua improbabilidade, de sua artificialidade (de que outra maneira todos esses autores viriam a se reunir pessoalmente e a se discutir mutuamente a não ser por ocasião de um colóquio “estruturalista” num país estrangeiro?), de sua heterogeneidade radical, de sua oposicionalidade interna, não seria ele, em suma, algo de monstruoso? O fato de que os anais com as contribuições do grande acontecimento “estruturalista” em terras americanas tenha aparecido em livro, quatro anos mais tarde (em 1970), com o subtítulo “The Structuralist Controversy” [A controvérsia estruturalista], e, sobretudo, que essa expressão tenha sido alçada a título principal do livro a partir da edição de 1972, parece sugerir que sim.

Em suas ressalvas em relação ao modo como o colóquio de Johns Hopkins veio a ser arquivado pela memória acadêmica norte-americana, pelas reconstituições históricas do pensamento crítico “pós-New Criticism”, Derrida estimula-nos a recuar ao ponto em que, aquém das rotulações *a posteriori*, vê-se desenhado pelo conjunto nada harmonioso daquelas comunicações feitas em 1966, bem como das frequentemente acaloradas discussões que a cada uma delas se seguiram (cf. MACKSEY; DONATO, 2007), algo como um campo de forças plurais e conflituais em torno de problemáticas como “estrutura”, “estruturalismo”, “sujeito”, “linguagem”, “literatura”, “interpretação”, “crítica”, etc. Ora, é nesse campo conflitual que tem, então, lugar a intervenção derridiana destinada a celebrar-se, sua hoje clássica comunicação “Structure, sign, and play in the discourse of the Human Sciences” [Estrutura, signo e jogo no discurso das ciências humanas], bem como o debate que a ela se seguiu (cf. MACKSEY; DONATO, 2007, p. 265-272) – a voz de Derrida erigindo-se em tensão com as demais vozes “estruturalistas” lá presentes, mas também, e sobretudo, com a voz maior, ausente, de Claude Lévi-Strauss. O que quer que viesse a ser afirmado na ocasião acerca, por exemplo, da “estrutura”, o seria de maneira necessariamente dificultosa, conflitual e sem alibis “teóricos” – e isso não poderia nunca ter sido anunciado ou programado.

É isso o que se vê completamente obliterado quando, sem que se o

leia, sem que se volte a lê-lo com a devida atenção, se se refere ao texto de “Structure, sign, and play in the discourse of the Human Sciences” como uma espécie de certidão de nascimento do “post-structuralism”, ou da “deconstruction”, ou da “theory”. Retornando, com efeito, ao próprio texto, em vista da sugestão derridiana de uma produtividade originária aquém de qualquer rótulo estabilizador *a posteriori*, é surpreendente acompanhar Derrida, na conclusão de seu discurso, refletindo mesmo sobre um certo “nascimento” – por vir: “Aqui, há uma espécie de questão, chamemo-la histórica, da qual nós estamos apenas vislumbrando, hoje, a *concepção*, a *formação*, a *gestação*, o *parto*” (DERRIDA, 2007, p. 265). E ainda:

Emprego essas palavras, admito, com um olhar sobre a atividade da procriação [*childbearing*] – mas também com um olhar sobre aqueles que, da companhia dos quais eu não me excluo, desviam seus olhos em face do ainda inominável que está proclamando a si mesmo e que pode fazê-lo, como é necessário quando quer que um nascimento está para acontecer, apenas sob a espécie da não-espécie, na forma informe, muda, infante e aterradora da monstrosidade (DERRIDA, 2007, p. 265).

Passadas duas décadas do colóquio de Johns Hopkins, Derrida reitera, no colóquio de Irvine, em tom sentencioso: “Monstros não podem ser anunciados. Não se pode dizer: ‘Aqui estão nossos monstros’ sem imediatamente transformar os monstros em animais de estimação” (DERRIDA, 1994, p. 80).

Por uma historiografia teratológica da crítica

A remissão à monstrosidade aquém de toda domesticação adquire, aí, em Derrida, os contornos de uma reversão do arquivamento (do evento), de um desarquivamento, pois – o qual, à medida que implica o abalo, a desestabilização da axiomática, por exemplo, do “post-structuralism”, da “deconstruction”, ou da “theory”, pode, também ele, ser considerado um efeito de desconstrução. Seria preciso admitir, além do mais, que esse efeito, à medida que coincide com um desvelamento ou um desrecalque das condições conflituais de possibilidade do discurso teórico-metodológico no campo dos estudos literários, um desrecalque, portanto, da própria “historicidade” desse discurso, vem claramente ao encontro de uma demanda historiográfica – conjunção essa que desmentiria, aliás, a alegada a-historicidade da desconstrução, comprovando, como quer Derrida (1994, p. 92), que “o ‘jetty’ desconstrutivo é, do começo ao fim, motivado, posto

em movimento por uma preocupação com a história, mesmo se ele leva à desestabilização certos conceitos de história” (DERRIDA, 1994, p. 92).

Como conceitos de história desestabilizados pela desconstrução, Derrida (1994, p. 92) menciona o conceito absolutizante ou hipostaziante de tipo neo-hegeliano ou marxista, o husserliano, o conceito heideggeriano de epocalidade histórica. De especial interesse, contudo, para a problemática aqui abordada, é a desestabilização da modalidade de história que se poderia chamar “metodológica”, já que implicada pela figura do “método”, pela existência e pelo funcionamento de um método, qualquer que seja ele.

No texto da abertura do seminário “La langue et le discours de la méthode” [A língua e o discurso do método] – ministrado em 1983 na École Normale Supérieure –, Derrida detém-se, com efeito, no que chama de “historicidade paradoxal do método” (DERRIDA, 1983, p. 37). O paradoxo em questão pode ser enunciado da seguinte forma: há uma historicidade diretamente relacionada à “*repetição* que instrui todo método” (DERRIDA, 1983, p. 36) – isso porque “todo método implica regras gerais, [...] técnicas de repetição, procedimentos recorrentes que se deve poder aplicar; numa situação dada e seguindo certos protocolos, um sujeito deve poder reiterar os processos, os procedimentos” (DERRIDA, 1983, p. 37) –, a qual se institui, entretanto, no sentido de uma tradição metodológica, “a custo de uma historicidade mais fundamental”. No âmbito metodológico, historicidade confunde-se com repetibilidade, a história constituindo-se de repetições, isto é, de aplicações do mesmo conjunto de protocolos, processos e procedimentos por diferentes sujeitos a diferentes objetos em diferentes circunstâncias. Essa mesma história revela-se, num certo sentido, profundamente a-histórica; ou, na formulação lapidar de Derrida: “Por essa força de repetição, o método detém a um só tempo força de história e poder de anular uma certa historicidade ligada, ela, ao evento singular” (DERRIDA, 1983, p. 37).

Ora, não é justamente essa historicidade ligada ao evento singular e anulada ou recalçada pela normalização teórico-metodológica do conhecimento que se veria desvelada, trazida à tona novamente, em seu caráter monstruoso, por efeito de desconstrução? Um tal desvelamento da historicidade monstruosa no subsolo da normalização teórico-metodológica não poderia confundir-se, bem entendido, com uma reconstituição de tipo historicista, pelo fato de que o evento, a monstruosidade, o evento no que ele tem de eminentemente monstruoso estaria ligado “antes ao futuro” do que ao passado, de modo que não o passado mas o futuro é que aí poderia se ver de alguma forma reconstituído – melhor dito: uma “possibilidade de

futuro”.

Em uma entrevista concedida a Elisabeth Weber em 1990, três anos depois, portanto, do colóquio de Irvine, Derrida explica que “a figura do porvir [*avenir*], isto é, aquilo que não pode senão surpreender, aquilo para o que nós não estamos preparados, [...] anuncia-se sob as espécies do monstro. Um porvir que não fosse monstruoso não seria um porvir, seria já um amanhã previsível, calculável e programável” (DERRIDA, 1992, p. 400) – ou seja, poder-se-ia acrescentar, um amanhã gerado por um golpe de método. Derrida, então, conclui:

Toda experiência aberta ao porvir é preparada ou se prepara para acolher o *vindouro* [*arrivant*] monstruoso, para acolhê-lo, isto é, conceder a hospitalidade a isso que é absolutamente estrangeiro, mas também, é preciso dizê-lo, procurar domesticá-lo, quer dizer, fazê-lo entrar na casa, e fazê-lo assumir os hábitos, fazer-nos assumir novos hábitos. É o movimento da cultura. Os textos e os discursos que provocam, de partida, reações de rejeição, que são denunciados justamente como anomalias ou monstruosidades, são frequentemente textos que, antes de ser por sua vez apropriados, assimilados, aculturados, transformam a natureza do campo da recepção, transformam a natureza da experiência social e cultural, a experiência histórica. Toda a história mostrou que cada vez que um *evento* se produziu, por exemplo, na filosofia ou na poesia, ele tomou a forma do inaceitável, até do intolerável, do incompreensível, quer dizer, de uma certa monstruosidade (DERRIDA, 1992, p. 400-401).

O fato de que esse “movimento da cultura” de que aí fala Derrida com certo fatalismo, esse movimento pelo qual o evento monstruoso vem a ser assimilado pela cultura oficial apenas à custa da domesticação de sua monstruosidade originária, ou seja, à custa do próprio evento “como evento”, o fato de que ele não se mostre, em suma, rigorosamente irreversível, o que se atesta pelos próprios efeitos desestabilizadores de desconstrução de que também fala Derrida, acena para a possibilidade de um tipo diferenciado de historiografia, de operação historio-“gráfica”, que se identificasse justamente com a produção de tais efeitos de desvelamento da monstruosidade originária de um evento discursivo original ulteriormente “domesticado” – isto é: “apropriado”, “assimilado”, “aculturado” na forma de uma teoria, um método, uma escola de pensamento. Em vista de seu escopo monstruoso, poder-se-ia chamar “teratológica” a uma tal operação historiográfica.

Os mecanismos do processo de apropriação/assimilação/aculturação de eventos do passado a serviço de objetivos diversos no presente tornaram-se mais e mais conhecidos e denunciados desde que há quase cento e cinquenta anos o jovem Nietzsche desmascarou a moderna cultura histórica

européia como o grande motor desse processo. Não é um mérito menor, por exemplo, do mais importante livro de filosofia da ciência do século XX – **The Structure of Scientific Revolutions** [A estrutura das revoluções científicas] (1962), de Thomas Kuhn – o de ter evidenciado o complexo “persuasivo e pedagógico” (para empregar os termos do próprio Kuhn) formado pela figura do manual científico e de seu complemento diacrônico, a História da Ciência, a serviço da fixação institucional de uma imagem a-histórica de ciência e de cientificidade.

“Essa imagem tem sido derivada, até pelos próprios cientistas, principalmente do estudo de realizações científicas acabadas, tal como registradas nos clássicos e, mais recentemente, nos manuais em que cada nova geração de cientistas aprende a praticar seu ofício”, afirma, com efeito, Kuhn (1996, p. 1), logo na introdução de **Structure**. Sobre os manuais, Kuhn observa ainda que eles parecem sugerir “que o conteúdo da ciência é unicamente exemplificado pelas observações, leis e teorias descritas em suas páginas”, e que normalmente são lidos “como se afirmassem que os métodos científicos são simplesmente aqueles ilustrados pelas técnicas manipulativas empregadas na coleta das informações do manual, juntamente com as operações lógicas empregadas ao relacionar tais informações às generalizações teóricas do manual” (KUHNS, 1996, p. 1). O resultado disso, conclui Kuhn a respeito, é “um conceito de ciência com profundas implicações a respeito de sua natureza e seu desenvolvimento” (KUHNS, 1996, p. 1), conceito que vem a ser reforçado, então, pela tradicional historiografia da ciência, cujo escopo é assim definido por Kuhn:

Se a ciência é a constelação de fatos, teorias e métodos coletados nos textos atuais, então os cientistas são os homens que, com ou sem sucesso, esforçaram-se por contribuir com um ou outro elemento dessa constelação particular. O desenvolvimento científico torna-se o processo gradativo através do qual esses itens foram adicionados, isoladamente e em combinação, ao sempre crescente estoque que constitui a técnica e o conhecimento científicos. E a história da ciência torna-se a disciplina que registra tanto esses incrementos sucessivos quanto os obstáculos que inibiram sua acumulação. Preocupado com o desenvolvimento científico, o historiador, então, parece ter duas tarefas principais. De um lado, deve determinar por que homem e em que ponto do tempo cada fato, lei e teoria científicos contemporâneos foram descobertos ou inventados. De outro lado, deve descrever e explicar o amontoado de erros, mitos e superstições que inibiram a acumulação mais rápida dos constituintes do moderno texto científico (KUHNS, 1996, p. 2).

Ora, não é outro senão esse mesmo modelo a um só tempo sincrônico (o manual) e diacrônico (a historiografia) de normalização cognitiva aquele

impingido ao campo literário por René Wellek com seu manual de teoria e metodologia dos estudos literários publicado em 1949 (cf. WELLEK; WARREN, 1984) e sua monumental **History of Modern Criticism** (1955-1992). Mas é preciso cuidado, aqui, para não converter o acontecimento em estrutura: a obra de Wellek seria apenas a realização paradigmática de um movimento de normalização cognitiva nos estudos literários que não nasce nem morre com ela, apenas ganha, com ela, uma formulação exemplar. É preciso evitar, assim, atribuir ao acontecimento implicado pela obra de Wellek, ou a qualquer outro, e seja para endossá-lo ou contestá-lo, o caráter fundador e estrutural que, por exemplo, Foucault gostaria de atribuir ao que ele considera ser o nascimento, no século XVIII, do que chama de “a” ciência. Eis a narrativa de Foucault a esse respeito:

O século XVIII foi o século da disciplinarização [*mise en discipline*] dos saberes, ou seja, da organização interna de cada saber como uma disciplina tendo, em seu campo próprio, a um só tempo critérios de seleção que permitem descartar o falso saber, o não-saber, formas de normalização e de homogeneização dos conteúdos, formas de hierarquização e, enfim, uma organização interna de centralização desses saberes em torno de um tipo de axiomatização de fato. Logo, organização de cada saber como disciplina e, de outro lado, disposição desses saberes assim disciplinados do interior, o colocar-lhes em comunicação [*leur mise en communication*], sua distribuição, sua hierarquização recíproca numa espécie de campo global ou de disciplina global a que se chama precisamente a “*ciência*”. A ciência não existia antes do século XVIII. Existiam ciências, existiam saberes, existia também, se vocês quiserem, a filosofia. A filosofia era justamente o sistema de organização, ou antes de comunicação, dos saberes uns em relação aos outros – e é nessa medida que ela podia ter um papel efetivo, real, operatório no interior do desenvolvimento dos conhecimentos. Aparecem agora, com a disciplinarização dos saberes, em sua singularidade polimorfa, ao mesmo tempo esse fato e essa restrição que então fazem corpo com nossa cultura e a que se chama a “*ciência*” (FOUCAULT, 1997, p. 161-162).

A narrativa foucaultiana do processo de “disciplinarização dos saberes” só parece fazer sentido em vista do postulado de uma distinção fundamental entre um espaço “propriamente científico”, internamente homogêneo, em que vigora a seleção, a normalização, a hierarquização e a centralização do conhecimento, e um espaço extracientífico, ou, de acordo com o que diz Foucault, pré-científico: o espaço dos “saberes polimorfos e heterogêneos” (FOUCAULT, 1997, p. 162), posteriormente disciplinados pela “*ciência*”. Mas insistir nessa distinção equivale a corroborar a imagem a-histórica de ciência de que fala Kuhn (1996), derivada dos textos clássicos e dos manuais científicos baseados em “realizações científicas acabadas”.

Foucault procede a uma crítica da consciência setecentista dessa imagem de ciência como implicando um “progresso da razão” (FOUCAULT, 1997, p. 162), mas, ao fazê-lo, deixa intocada a própria imagem em questão. Uma obra como a de Kuhn, por sua vez, nos leva ao questionamento da própria imagem do campo científico como internamente homogêneo (e da própria “cientificidade” como um traço ou critério homogêneo), à percepção de uma heterogeneidade e de um polimorfismo internos a isso mesmo que se gostaria de chamar “a” ciência – percepção essa extensiva, além do mais, a isso que se gostaria de chamar “a” filosofia. Ora, essa percepção não é um dado, mas uma conquista, resultado de uma atividade historiográfica que consiste em reverter a normalização cognitiva operada pelo complexo persuasivo-pedagógico composto pelos manuais científicos e pelas tradicionais narrativas da história da ciência.

Ao futuro: da crítica

Eis-nos em face, pois, dessa outra modalidade de historiografia da crítica, da percepção da heterogeneidade radical inerente ao campo de forças das teorias críticas como o resultado ou o efeito de um gesto historiográfico que desestabiliza, desarquiva, reverte o discurso normalizado das teorias e metodologias críticas rumo à disformidade, à monstruosidade daquela oposicionalidade indecível da qual elas emergem como tais, e que fora recalcada pelo processo de normalização cognitiva: espécie “teratológica” de historiografia, identificada com a reconstituição não do passado da crítica, mas de sua “monstruosa possibilidade de futuro”.

Contrariamente às espécies historiográficas orientadas para o passado crítico, que têm na “memória” o seu grande instrumento, seja para antiquarizar, para monumentalizar ou para criticar o objeto dessa memória, a espécie teratológica caracterizar-se-ia, antes, por um golpe de desmemória, por um monstruoso esquecimento em face dos ditos grandes marcos da teoria crítica ocidental, acarretando o desarquivamento, a reversão dos mesmos até o ponto em que a crítica pudesse, então, uma vez mais, “acontecer”. “De todo agir faz parte o esquecimento: assim como da vida de tudo o que é orgânico faz parte não apenas a luz, mas também a obscuridade” (NIETZSCHE, 1964, p. 9). É nada menos do que a própria *vida* da crítica que dependeria, pois, do advento desse esquecimento – por vir.

Referências

CULLER, Jonathan. Criticism and institutions: the American university. In: ATTRIDGE, Derek; BENNINGTON, Geoff; YOUNG, Robert (Ed.). **Post-structuralism and the question of history**. Irthlingborough (Northants, UK): Cambridge University Press, 1987. p. 82-98.

_____. **Literary theory**: a very short introduction. Gosport (Hampshire, UK): Oxford University Press, 1997.

_____. **Teoria literária**: uma introdução. Tradução S. Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.

_____. **On deconstruction**: Theory and Criticism after Structuralism. Ithaca: Cornell University Press, 1982.

_____. **Sobre a desconstrução**: teoria e crítica do pós-estruturalismo. Tradução P. Burrowes. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.

DERRIDA, Jacques. La langue et le discours de la méthode. **Recherches sur la philosophie et le langage**, n. 3, p. 35-51, 1983.

_____. Passages – du traumatisme à la promesse. In: _____. **Points de suspension**: entretiens. Paris: Galilée, 1992. p. 385-409.

_____. Some statements and truisms about neo-logisms, newisms, postisms, parasitisms, and other small seismisms. In: CARROL, David (Ed.). **The states of 'Theory'**: History, Art, and Critical Discourse. Stanford (California): Stanford University Press, 1994.

_____. Structure, sign, and play in the discourse of the Human Sciences. In: MACKSEY, Richard; DONATO, Eugenio (Ed.). **The Structuralist Controversy**: the languages of criticism and the sciences of man. 40th Anniversary Edition. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007 [1972], p. 247-272.

_____. Estrutura, signo e jogo no discurso das ciências humanas. In: MACKSEY, Richard; DONATO, Eugenio (Ed.). **A controvérsia estruturalista**: as linguagens da crítica e as ciências do homem. Tradução C. A. Vogt e C. S. Madureira. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 260-284.

DURÃO, Fabio Akcelrud. Breves observações sobre a Teoria, suas contradições e o Brasil. **Revista de Letras**, v. 44, n. 1, p. 81-95, 2004.

_____. **Teoria (literária) americana.** Campinas: Autores Associados, 2011.

FOUCAULT, Michel. “**Il faut défendre la société**”: Cours au Collège de France (1975-1976). Paris: Gallimard/Seuil, 1997.

_____. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-1976). Tradução M. E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KUHN, Thomas S. **The structure of scientific revolutions.** 3. ed. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1996.

_____. **A estrutura das revoluções científicas.** 9. ed. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2005.

LEITCH, Vincent B. (General Editor) **The Norton Anthology of Theory and Criticism.** New York/London: W. W. Norton & Company, 2001.

MACKSEY, Richard; DONATO, Eugenio (Ed.). **The Structuralist Controversy:** the languages of criticism and the sciences of man. 40th Anniversary Edition. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007 [1972].

_____. **A controvérsia estruturalista:** as linguagens da crítica e as ciências do homem. Tradução C. A. Vogt e C. S. Madureira. São Paulo: Cultrix, 1976.

NIETZSCHE, Friedrich. “Unzeitgemässe Betrachtungen – Zweites Stück: Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben” [1874]. In: _____. *Sämtliche Werke in Zwölf Bänden.* Band II (Unzeitgemässe Betrachtungen). Stuttgart: Alfred Kröner, 1964. p. 95-195.

_____. **Segunda consideração intempestiva:** da utilidade e desvantagem da história para a vida. Tradução M. A. Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

WELLEK, René. **A History of Modern Criticism:** 1750-1950. v. 8. New Haven: Yale University Press, 1955-1992.

_____.; WARREN, Austin. **Theory of Literature.** 3. ed. rev. San Diego/New York: Harvest/HBJ, 1984.

_____. **Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários.** Tradução L. C. Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Nábil Araújo – nabil.araujo@gmail.com

Manuscrito recebido em 26 de maio de 2015
e aceito em 26 de junho de 2015.